

Água de alto risco

Categories : [Reportagens](#)

Apesar de ter autorização da Justiça, a empresa responsável pela construção da usina hidrelétrica Corumbá IV, em Goiás, está inundando o reservatório sem cumprir a última determinação ambiental exigida pelo Ibama: o desmatamento e a limpeza da cobertura vegetal da represa. Resultado: a matéria orgânica deixada para trás compromete decisivamente a qualidade da água para consumo humano.

Antes mesmo do Ibama entrar na história, o Ministério Público Federal ingressou com uma ação civil pública contra a obra por causa de inúmeras “fragilidades técnicas” nos estudos de impacto ambiental. O Relatório de Impacto Ambiental e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), elaborados pela Via Engenharia, empresa vencedora do leilão da Aneel em parceria com a Companhia Energética de Brasília (CEB), limitaram-se a levantar os impactos locais da usina, quando deveriam avaliar a coexistência de quatro hidrelétricas autorizadas para o rio Corumbá, cujo leito corre a 100 quilômetros de Brasília, considerando os efeitos conjuntos de todos os projetos, já que o eixo da barragem de Corumbá III, por exemplo, está a apenas 120 quilômetros de Corumbá IV.

Já nas mãos do Ibama, o projeto ganhou licença de instalação, sob uma série de exigências que a empresa Corumbá Concessões S.A., responsável pela construção da usina, deveria cumprir, sob pena de não poder encher o lago para iniciar a operação da hidrelétrica. Mas não foi isso que aconteceu. A construtora recebeu autorização judicial para começar a alagar a área. Ela criou um lago de 172 quilômetros quadrados sem retirar da área toda a vegetação do cerrado. O resultado é que grande parte da madeira que foi cortada bóia no reservatório, e outra parte, não derrubada, já foi coberta pela água apesar dos esforços atrasados de uma empresa terceirizada para executar o serviço.

Construída sob a promessa do Governo do Distrito Federal de solucionar os problemas de abastecimento dos próximos cem anos para o DF e cidades de Goiás, a água da usina hidrelétrica de Corumbá IV, que já tem 95% da obra concluída, pode perder essa função primária. Os troncos e centenas de árvores submersas vão apodrecer a água que, ingerida, pode trazer uma série de problemas de saúde. A área, cinco vezes maior do que a do Lago Paranoá em Brasília, abrigava sedes de muitas fazendas e outras benfeitorias, que também deveriam ter sido demolidas e retiradas. Não foram.

Em uma delas, o primeiro piso da sede já está submerso, e o segundo andar abriga grande quantidade de material veterinário perigoso para ingestão humana. Outro problema é a falta de um sistema de tratamento sanitário na região do entorno do Distrito Federal e cidades próximas a Brasília, o que representa uma ameaça à represa, que pode ser contaminada com mais de 6.500 litros de esgoto por segundo, trazidos de toda a região.

O presidente da empresa responsável pela obra, Manoel Faustino Marques, afirmou diversas vezes que a água do reservatório Corumbá teria várias funções, entre elas o abastecimento do Distrito Federal e cidades do entorno. Mas é claro que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) interessa-se apenas na geração de energia. Tudo indica que essa vai ser a única função da usina e que não há uma preocupação real de disponibilizar essa água para a população.